



Plenário pode votar proibição de canudos e sacolas plásticas

Outro projeto na pauta exige que madeira nativa usada em obras e serviços da administração pública tenha comprovação de procedência legal. As duas propostas são de iniciativa popular

O Plenário do Senado deve votar hoje projeto de lei que proíbe canudos e sacolas de plástico no Brasil. De acordo com o texto, ficam proibidos a fabricação, a importação, a distribuição e a venda dos dois produtos, além de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, como é o caso dos canudos. A exceção é para materiais integralmente biodegradáveis.

Também deve ser analisada uma proposta que exige a comprovação da procedência legal de ma-

deira nativa usada em obras, serviços e aquisições da administração pública.

Os dois projetos foram sugeridos por iniciativa popular. A proposta sobre sacolas plásticas foi apresentada por meio do Portal e-Cidadania, do Senado. O projeto sobre a procedência da madeira foi resultado do Projeto Jovem Senador.

A pauta ainda inclui projeto que altera a Lei Maria da Penha para garantir a matrícula dos dependentes da vítima de violência doméstica em escola de educação básica mais próxima do domicílio. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 23/4/2019

O Senado deve votar texto que garante matrícula de dependente de vítima de violência doméstica em escola perto de casa

Marcos Bomdiaz/Senado Federal — 12/3/2019



Segundo Davi, que marcou o encontro, o governo reconhece protagonismo do Senado para propor medidas para estados

Senado e estados discutem pacto federativo amanhã

O pacto federativo será o tema do encontro marcado para amanhã entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o presidente da República,

Jair Bolsonaro, e os 27 governadores. Também participam o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e líderes partidários.

— Há muito tempo os governadores reivindicam mudanças no relacionamento com a União — disse Davi, responsável pelo encontro. **2**

Aposentadoria rural opõe economistas e trabalhadores

As mudanças nas regras da aposentadoria rural, propostas pela reforma da Previdência, confrontam especialistas do governo e representantes de trabalhadores rurais. Pelo texto do governo, os agricultores terão de pagar contribuição e trabalhar mais tempo. **5**

Novo ministro apresenta hoje ao Senado metas para educação

No comando do Ministério da Educação desde 8 de abril, Abraham Weintraub participa de audiência para apresentar as diretrizes e prioridades da pasta. Também deve falar sobre o corte de verbas para universidades e institutos federais, sobre as escolas rurais e o Enem. **6**

Fronteira com Venezuela exige solução, dizem debatedores

Participantes de audiência da Subcomissão Temporária sobre a Venezuela apontaram dificuldades em áreas como educação e saúde e demonstraram preocupação com o crescimento da violência na região de fronteira. Há cerca de 150 mil venezuelanos em Roraima. **7**



Apoio a pessoas com doenças raras mobiliza senadores

O Senado quer garantir tratamento para as pessoas que sofrem de doenças raras, como lúpus, fibrose cística e esclerose múltipla. Nos próximos dias, os senadores vão formar uma subcomissão dedicada ao assunto. No Brasil, o grande problema dos pacientes é

o despreparo do SUS para o atendimento.

O Senado já aprovou projeto para a criação de uma Política Nacional de Doenças Raras, em análise na Câmara. A atual política para pessoas com doenças raras nunca foi plenamente executada. **8**



Gerardo Magalhães/Agência Senado — 24/4/2019

Romário (2º à esq.), Mandetta e Heinze com pessoas com doença rara e famílias

Projeto que muda Lei Antidrogas volta a análise **4**

Especialistas defendem reforma tributária **5**

Davi encontra Bolsonaro e 27 governadores amanhã

Definição a respeito das propostas do novo pacto federativo deve ser o assunto principal da reunião, que também deve contar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e líderes partidários

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, se reúne amanhã com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os 27 governadores para definir as propostas do pacto federativo. O encontro está marcado para as 7h30, na residência oficial da Presidência do Senado, e deve contar também com a participação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e de líderes partidários.

— O Senado assumiu o compromisso de renovar o pacto federativo. Há muito tempo os governadores reivindicam mudanças no relacionamento com a União. Não podemos deixar passar este momento, em que o governo do presidente Bolsonaro e sua equipe econômica reconhecem o protagonismo do Senado para propor as medidas que vão permitir aos estados equilibrar



Senado é protagonista no equilíbrio das contas estaduais, afirma Davi

as contas, gerar emprego e melhorar o dia a dia do cidadão — argumentou o presidente do Senado, que tomou a iniciativa do encontro.

A decisão de o Senado liderar as alterações no pacto federativo foi anunciada no dia 17 de abril, quando Davi recebeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, na residência oficial. Os dois

concordaram que o trato político, social e econômico entre o Executivo federal e os entes federados precisa ser aperfeiçoado para garantir a descentralização do dinheiro recolhido com os impostos e permitir que os parlamentares comandem a nova distribuição dos recursos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Senador critica multas aplicadas a contadores

Durante sessão especial em homenagem ao Dia do Contabilista (25 de abril), Izalci Lucas (PSDB-DF) informou que articula a aprovação do projeto que anistia multas a contadores por atrasos na entrega de guias de recolhimento do FGTS e de informações à Previdência entre 2009 e 2013. O PLC 96/2018 pode ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) amanhã e no Plenário na próxima semana.

— Os profissionais desse setor estão apreensivos com as multas desproporcionais que lhe foram atribuídas, no

valor de R\$ 500 para cada obrigação acessória, em que não raramente há diversas informações, sendo que, para cada informação, se imputou uma multa — disse o senador, que pediu a homenagem e também atuou no segmento.

Izalci ressaltou que as multas “injustas e desproporcionais” foram aplicadas pela Receita não por sonegação de tributos, mas pelo atraso na entrega das guias. A proposta tem o parecer pela aprovação na CAS, feito por Paulo Paim (PT-RS).

O presidente da Associação Nacional dos Contabilistas

do Poder Executivo Federal, Francisco Lima, solicitou que o poder público reconheça a profissão como carreira típica de Estado. Ele disse que é comum contadores sofrerem assédio, chegando até a serem afastados de órgãos públicos, quando não compactuam com “posturas adotadas por gestores que ferem a lei”.

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Adriano Marrocos, pediu o apoio do Congresso à criação da Secretaria de Contabilidade Nacional, que agregaria os técnicos em contabilidade e contabilistas no setor público e seria responsável pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

— Esse seria o maior sinal de transparência que um governo poderia apresentar. Nossos profissionais são competentes, muitas vezes impedindo que gestores públicos apliquem recursos de maneira indevida. A estrutura hoje é frágil e precisa ser aprimorada — afirmou.



Entre representantes da categoria, Izalci (C) comanda sessão especial

Comissão mista vota hoje MP do Saneamento Básico

A comissão mista da medida provisória que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e dá competência para a Agência Nacional de Águas (ANA) editar normas sobre esse serviço público vota hoje o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A MP também autoriza

a União a participar de um fundo para financiar serviços técnicos especializados no setor e determina que a regulamentação de águas e esgotos, hoje atribuição dos municípios, se torne responsabilidade do governo federal, por meio da ANA, que ficaria responsável pela fixação das

tarifas cobradas. Já os contratos de saneamento passariam a ser estabelecidos por meio de licitações, facilitando a criação de parcerias público-privadas.

O parecer foi apresentado com diversas modificações no texto do Executivo. A MP ainda será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Leis tratam de empregados e convênios de consórcio público

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou duas leis sobre consórcios públicos. A primeira, sancionada na sexta-feira, reduz as exigências para a celebração de convênios entre a União e os consórcios públicos. A Lei 13.821 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. De acordo com o texto, as exigências tributárias, fiscais e previdenciárias para a celebração dos convênios só podem ser cobradas do consórcio — e não mais dos entes que compõem a parceria. Assim, um consórcio público adimplente pode ser contratado para prestar serviços, mesmo que os municípios ou estados que o integram estejam em débito com a União.

A segunda, sancionada ontem, estabelece que todo empregado de consórcio público, tanto de direito público como privado, deverá ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A nova legislação é fruto do Projeto de Lei do Senado (PLS) 302/2015, de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Quando foi aprovado no Senado, em agosto de 2015, o autor explicou que o objetivo era dar segurança jurídica às contratações.

Bezerra esclareceu que a natureza temporária dos consórcios gera a necessidade de contratação pela CLT, já que dar emprego a servidores efetivos requer previsão orçamentária, o que causa aumento de despesas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Venda de narguilé

9h Entre 30 itens, o PLC 104/2018, que proíbe a venda de narguilé e acessórios a crianças e adolescentes, e o PLC 139/2018, que inclui especificidades inerentes ao autismo nos censos demográficos.

CE/CT Lei do Audiovisual

9h Audiência conjunta para debater prorrogação dos benefícios da Lei do Audiovisual. Entre os convidados para o debate, estão representantes do Ministério da Cidadania, da Agência Nacional do Cinema e da indústria de audiovisual.

CAE Segurança viária

10h Na pauta de 10 itens, o PLC 49/2018, que contempla a segurança viária entre as atividades apoiadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, e mensagens com empréstimos para Fortaleza e Vitória.

MP 871/2019 Fraudes em benefícios

10h Análise do relatório.

CE Ministro da Educação

11h Audiência com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para apresentação das diretrizes e dos programas prioritários da pasta.

CI Rejeitos de barragens

11h O PL 1.452/2019, que prevê reaproveitamento e redução de rejeitos de barragens, é um dos 5 itens da pauta.

CTFC Carrinhos de bebê em aviões

11h30 Na pauta de 10 itens, o PLC 31/2017, que trata do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.

CMO Crédito para Roraima

14h Reunião do colegiado de líderes para tratar de ajuste nas áreas temáticas e indicações para cargos da Mesa. Às 14h30, eleição dos vice-presidentes e análise da Medida Provisória 865/2018, que abre crédito de R\$ 225 milhões para a Presidência da República, destinados à intervenção em Roraima.

MP 868/2018 Marco do Saneamento

14h Análise do relatório.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLS 263/2018, que veda o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos e proíbe a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.

MP 869/2018 Proteção de dados

14h30 Análise do relatório.

MP 870/2019 Ministérios

14h30 Análise do relatório.

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

14h30 Audiência pública com a participação de representantes do Ministério da Cidadania, das famílias vítimas da tragédia, da prefeitura e da câmara de vereadores da cidade mineira.

MP 867/2018 Regulação ambiental

15h Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Proibição de canudos e sacolas de plástico está na pauta do Plenário

Também pode ser analisado projeto que exige procedência legal de madeira nativa usada em obras e serviços da administração pública

O PLENÁRIO DO Senado deve analisar hoje dois projetos de lei sugeridos a partir de iniciativa popular: um deles proíbe canudos e sacolas de plástico no Brasil (PLS 263/2018) e o outro exige a comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada em obras, serviços e aquisições da administração pública (PLS 234/2016).

A ideia legislativa para a proibição de canudos e sacolas de plástico foi proposta por Rodrigo Padula de Oliveira e recebeu apoio de mais de 24 mil pessoas no Portal e-Cidadania. A sugestão foi relatada pela ex-senadora Regina Sousa e aprovada pela comissão, por isso foi transformada em projeto de lei.

De acordo com o texto, ficam proibidos a fabricação, a importação, a distribuição e a venda de sacolas plásticas para guardar e transportar mercadorias, além de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, como é o caso dos canudos. A exceção é para as sacolas e os utensílios descartáveis feitos com material integralmente biodegradável.



Sacolas plásticas recicláveis adotadas por supermercado de São Paulo

No caso dos cosméticos com micropartículas de plástico, valem as mesmas proibições das sacolas e utensílios plásticos, além da proibição de registro. Essas micropartículas são usadas em vários produtos, como maquiagens, protetores solares e esfoliantes e podem se acumular nas águas de oceanos e rios.

Jovem Senador

Já a exigência de comprovação de procedência legal

de madeira é resultado do Projeto Jovem Senador, que seleciona anualmente, por meio de um concurso de redação, 27 estudantes do ensino médio de escolas públicas para vivenciarem o trabalho dos parlamentares.

As propostas aprovadas pelos participantes são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) como sugestões legislativas. Depois de acatadas pela CDH, elas

tramitam normalmente pelo Congresso Nacional. Conforme a proposta, os editais de licitação para aquisição direta ou indireta de produtos e subprodutos de madeira nativa deverão prever a comprovação da procedência. Seja madeira para escoramento, toras, dormentes, mourões, lascas, pranchões, palanques e lenhas, ou subprodutos da madeira nativa em forma laminada, aglomerada, prensada, compensada ou desfolhada.

Pauta feminina

O Plenário também pode analisar o PL 1.619/2019, em continuidade à pauta direcionada às mulheres que vem sendo analisada pelo Senado. O projeto altera a Lei Maria da Penha para garantir a matrícula dos dependentes da vítima de violência doméstica e familiar em escola de educação básica mais próxima do domicílio.

A proposta é da deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) e já passou pela Comissão de Educação (CE), onde recebeu voto favorável do relator, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Colegiado pode analisar MP da intervenção federal em Roraima

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar hoje a medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 225,7 milhões para custeio das ações da intervenção federal em Roraima, devido à crise na segurança. O relator da MP 865/2018, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), deu parecer favorável ao texto.

A CMO também pode definir os nomes dos vice-presidentes e relatores ainda vagos no colegiado.

A pauta inclui ainda um requerimento para a realização de debate sobre a autonomia do Banco Central e outro que pede a convocação do ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o pacto federativo. Há ainda requerimento de informações ao Ministério da Economia sobre o cumprimento da regra de ouro, que restringe o endividamento do governo apenas para fazer investimentos ou para amortizar a dívida pública.

Prazo maior para regularização ambiental deve ser votado hoje

A comissão mista da medida provisória que estende o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) deverá votar hoje o relatório do deputado Sérgio Souza (MDB-PR). A comissão é presidida pela senadora Juíza Selma (PSL-MT).

O programa regulamenta a adequação de áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação. Sérgio Sou-

za acatou 16 das 36 emendas apresentadas à MP 867/2018. O relatório estabelece que o período para adesão ao programa não será encerrado antes de sua disponibilização pelos estados.

Caso o programa não esteja implementado nos estados até 31 de dezembro de 2020, a adesão será feita no órgão federal no prazo de um ano a partir de sua implementação pela União, ou até 31 de dezembro de 2021, aplicando-se o prazo que vencer por último.



Conselheiros farão também recomendações para garantir o direito

Conselho fará estudo sobre liberdade de imprensa

O Conselho de Comunicação Social (CCS) criou ontem uma comissão que vai se manifestar sobre a liberdade de imprensa. A iniciativa servirá de apoio à elaboração de estudo, a pedido da líder do Cidadania, Eliziane Gama (MA).

A comissão terá Davi Emerich, Maria José Braga, Juliana Noronha e suplentes, sob a coordenação de Patricia Blanco.

O pedido foi apresentado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Nele, Eliziane mencionou as ações do Supremo Tribunal Federal (STF) que "foram caracterizadas e entendidas

como censura e repudiadas nacionalmente". A senadora se referiu à decisão de Alexandre de Moraes, relator de um inquérito que investiga notícias fraudulentas contra integrantes da Corte, que mandou tirar do ar reportagem que citava o presidente do STF, Dias Toffoli. A decisão foi revogada dias depois.

— O momento exige um estudo sobre liberdade de imprensa e regulação de mídia para termos uma visão profunda. Vamos montar a comissão e comparar com outros países para produzir um documento bem aprofundado — afirmou Davi Emerich.

Paim critica renúncias fiscais previstas no Orçamento de 2020

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem as renúncias tributárias previstas para 2020 — em torno de R\$ 326,2 bilhões —, segundo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O senador destacou que o benefício concedido representa 21,13% da arrecadação.

Para ele, o Congresso deve trabalhar para combater o Refis, a sonegação, a apropriação indébita e a fraude, em vez de beneficiar devedores do Estado ou grandes instituições financeiras com renúncias fiscais.

— Então eu abro mão daquilo que eu tenho de arrecadar e mando a conta para o trabalhador? É isto que não dá para entender!

Chico Rodrigues pede atenção do governo federal para Roraima

Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou em Plenário a necessidade de o governo federal aumentar a assistência a Roraima, que enfrenta uma crise com a intensificação da presença de venezuelanos. O senador lembrou que Boa Vista, com 400 mil habitantes, já abriga mais de 40 mil refugiados, o que pressiona os serviços públicos, em especial a assistência médica, a educação e a segurança.

— Compreendo as dificuldades que o país passa, mas a população do estado espera um apoio mais robusto do governo federal — disse o senador.

Cortes orçamentários prejudicam serviços públicos, diz Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou ontem os cortes orçamentários anunciados pelo governo federal. O senador avaliou que isso prejudica a oferta de serviços públicos em diversas áreas. Na saúde, disse, faltam medicamentos e serviços básicos de manutenção dos hospitais.

Ele lamentou também o corte de 30% dos recursos para as universidades federais. Kajuru avaliou que a manutenção da atual política financeira tem prejudicado áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Rafael Neidmeier/Fotos Públicas

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissões analisam texto que muda Lei Antidrogas

Em reunião anterior, senadores divergiram sobre o projeto que endurece as regras de combate às drogas e pediram vista. Relator quer aprovar o texto original para que ele não tenha de voltar à Câmara

O RELATÓRIO APRESENTADO ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 37/2013, que torna mais rígida a Lei Antidrogas (Lei 11.343, de 2006), será analisado na quarta-feira em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

O texto é analisado simultaneamente nas dois colegiados, com relatoria do senador Styvenson Valentim (Pode-RN), favorável ao projeto, que endurece as penas para traficantes, de 5 anos para até 15 anos de prisão e regulamenta a internação involuntária do dependente, entre outros temas. Além da Lei Antidrogas, o texto altera 12 normas legais.

O relator defende o texto da forma como veio da Câmara dos Deputados, para evitar que emendas e um substitutivo já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) levem a proposta a retornar à análise dos deputados. Rejeitado por Styvenson, o substitutivo da CCJ inclui dispositivos que permitem a importação de derivados e produtos à base de *Cannabis* para uso terapêutico e a definição de um limite mínimo de porte de drogas para diferenciar usuário comum de traficante.

Depois da votação nas duas comissões, o texto seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, então, para Plenário. Caso o parecer escolhido seja diferente do texto da Câmara, como é o caso do substitutivo da CCJ, o projeto voltará para análise dos deputados. Se o Senado mantiver o texto aprovado pelos deputados, o texto seguirá para sanção presidencial. O projeto original é do deputado federal Osmar Terra, atual ministro da Cidadania.

Prevenção

Entre os temas abordados no PLC 37/2013, estão estruturação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), formulação e acompanhamento de políticas sobre entorpecentes, atividades de prevenção ao uso de drogas, atenção à saúde dos usuários ou dependentes de drogas e reinserção social e econômica, comunidades terapêuticas acolhedoras, aspectos penais e processuais penais e mecanismos de financiamento das políticas sobre drogas.

O projeto cria a hipótese de redução de pena quando o

porte da droga for de menor poder ofensivo, mas agrava a pena para traficantes, além de prever alienação de objetos usados no tráfico de drogas, como veículos.

O texto modifica a Lei Antidrogas, que permite a redução de pena não só quando o agente for primário e não participar de organização criminosa, mas quando o juiz julgar que as circunstâncias do fato e a quantidade da droga apreendida demonstram menor potencial lesivo da conduta. O texto também torna obrigatória a elaboração do plano individual de tratamento contra as drogas.

A proposta prevê a possibilidade de o contribuinte deduzir até 30% de Imposto de Renda por doações para construção e manutenção de entidades destinadas a recuperar usuários de drogas. Também há a previsão de incentivos fiscais para doações a fundos e políticas antidrogas, da mesma forma que hoje é previsto para doações de incentivo à cultura e para cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), limitada a 6% do imposto devido. Fixa ainda a reserva de 3% das vagas em licitações de obras públicas com mais de 30 postos de trabalho a ex-dependentes em fase de reinserção.

Em reunião conjunta das comissões no dia 24, um pedido de vista coletivo mostrou a falta de consenso sobre a votação da proposta, que espera definição do Senado há seis anos.

Os senadores apontaram a liberação tardia do relatório de Styvenson. O Regimento Interno prevê que a liberação deveria ocorrer em até 48 horas antes da reunião, mas o texto só foi entregue na véspera.



BNDES no Rio de Janeiro: Banco terá papel maior em desestatizações

Medida reformula o Programa de Parcerias de Investimento

O Congresso recebeu na sexta-feira a medida provisória que promove alterações no funcionamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal. O texto também expande o papel do BNDES no PPI e em desestatizações.

A MP 882/2019 será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores, a ser instalada. Depois disso, ela passará pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Com a proposta, a Secretaria Especial do PPI, vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, ganha atribuições mais detalhadas na sua legislação específica (Lei 13.334, de 2016). Entre as responsabilidades, estão fomentar a integração no setor de infraestrutura, apoiar projetos do PPI em instituições financeiras, propor melhorias regulatórias e promover o diálogo entre os setores público e privado.

O PPI é regido por um conselho, que passa a ser presidido pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo. Antes da MP, esse papel cabia ao presidente da República, que também não terá mais direito ao voto de desempate no colegiado.

O conselho agora poderá propor medidas de integração de modais de transporte e de políticas estaduais de transporte, aprovar políticas

de transporte aéreo em áreas remotas e aprovar revisões do Sistema Nacional de Viação. Entre os projetos que podem integrar o PPI, a MP inclui obras de engenharia de "interesse estratégico". O significado dessa classificação ainda será regulamentado.

O BNDES passará a assumir atribuições que cabiam ao Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias (Faep). De acordo com a MP, a partir de agora é o banco que deverá ser contratado por órgãos e entidades da administração pública para prestar serviços técnicos na estruturação de contratos de parceria e de medidas de desestatização.

O Faep, gerido pela Caixa, é um fundo de auxílio a estados e municípios para a elaboração de projetos de concessões e investimentos. Seus recursos vêm, principalmente, da participação de seus cotistas. Ele deixará de ter personalidade jurídica própria. Em compensação, passa a ter prazo indeterminado (o fundo foi criado com validade de dez anos).

Outros dispositivos da MP tratam do setor de transportes, ampliando a esfera de responsabilidades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e reformulando o funcionamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).



Relator, Styvenson Valentim manteve o texto como aprovado pela Câmara

Proposta altera conceito de bebida alcoólica para propaganda

As bebidas potáveis com teor alcoólico superior a meio grau Gay-Lussac serão consideradas alcoólicas para fins de propagandas, segundo projeto da CPI dos Maus-Tratos. O texto está pronto para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) onde recebeu voto favorável do relator, senador Carlos Viana (PSD-MG).

A Lei 9.294, de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas, define que uma bebida só é classificada como alcoólica quando possui um teor de álcool superior

a 13 graus Gay-Lussac. O PLS 499/2018 altera essa definição para abarcar também aquelas bebidas que possuem um teor alcoólico menor, como cervejas (meio grau), bebida ice (meio grau), alguns vinhos (12 graus) e espumante (11 graus). Assim, a exibição de propagandas desses produtos em rádio e TV passa a ser permitida apenas das 21h às 6h da manhã.

Segundo Carlos Viana, o alcoolismo é um grande problema no país e o número de jovens que experimentam bebidas alcoólicas precocemente tem crescido.

“Pesquisa de abrangência nacional sobre o consumo de álcool foi realizada, em 2012, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, ligado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Entre os resultados do estudo, merece atenção o crescimento da população que experimentou álcool com menos de 15 anos de idade. Em 2006, entre os brasileiros adultos, 13% tinham experimentado bebidas alcoólicas com menos de 15 anos, enquanto em 2012 esse percentual subiu para 22%”, explica o senador no seu relatório.

Carlos Viana ressaltou que as cervejas concentram a maior parte dos investimentos publicitários em bebidas alcoólicas e, por isso, o fato de ela não ser enquadrada na Lei 9.294 gera insatisfação nos críticos desse modelo de regulação da propaganda das bebidas alcoólicas no Brasil.

CPI dos Maus-Tratos

A CPI dos Maus-Tratos foi criada em 2017 no Senado, para investigar irregularidades e crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes. O atual relator é Carlos Viana.

A comissão parlamentar de inquérito já foi prorrogada duas vezes.

O tema de consumo de álcool por jovens está presente em diversos textos entre os 33 projetos apresentados pela CPI, visto que a bebida representa um risco para a saúde de crianças e adolescentes.

Como apresenta o relatório de 2017-2018 elaborado pelo então senador José Medeiros: “Esperamos contribuir para dificultar o acesso de jovens ao consumo de álcool e preservar a saúde daqueles que são o futuro de nosso país”.

Reforma na aposentadoria rural não é consenso

Texto enviado pelo governo prevê recolhimento de R\$ 600 reais por ano para o regime geral, aumento da idade mínima para mulheres e tempo de contribuição maior



AUMENTO NA IDADE para mulheres e no tempo de contribuição para ambos os sexos e criação de contribuição anual mínima são algumas das mudanças previstas para a aposentadoria rural na proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019), em análise na Câmara dos Deputados. Segundo o governo, a área rural é responsável pela maior parte do deficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Dados apresentados pelo Ministério da Economia mostram que aposentados rurais representam 32% dos benefícios do regime geral, mas respondem por uma parte proporcionalmente maior do deficit: 58%. A expectativa de economia na previdência rural é de R\$ 92,4 bilhões.

Defensores das mudanças alegam que uma das principais razões para a distorção é o fato de os segurados especiais não precisarem comprovar contribuição para se aposentar. Esse tipo de aposentadoria especial é concedido a produtores rurais, extrativistas vegetais, pescadores e indígenas que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar. Já os trabalhadores rurais assalariados não são considerados segurados especiais e têm que comprovar tempo de contribuição.

Atualmente a aposentadoria por idade é concedida a trabalhadores rurais com idade mínima de 60 anos (homem) ou 55 anos (mulher) que tenham pelo menos 15 anos

de trabalho no campo, sem necessidade de contribuição para a Previdência.

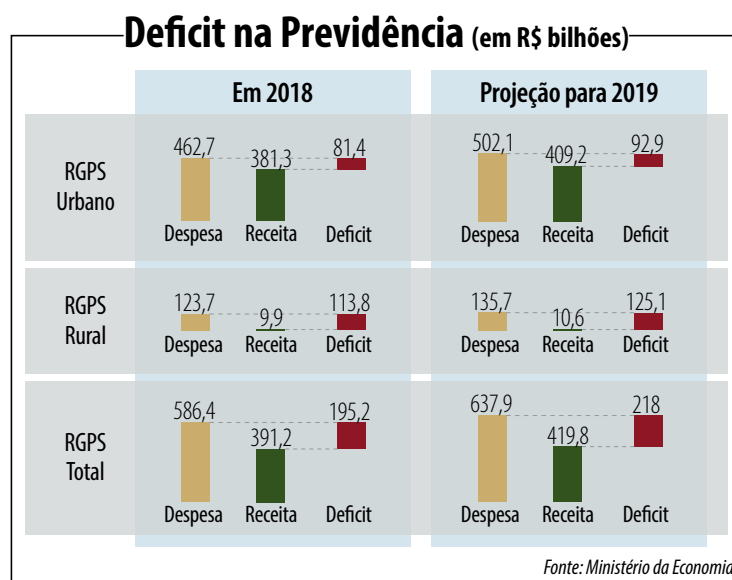
Com a reforma, a idade continuará sendo de 60 anos para os homens. Para as mulheres, aumentará gradualmente, seis meses a cada ano, até se igualar à idade exigida para os homens. O tempo de atividade rural não mais bastará para que os segurados especiais conquistem o direito à aposentadoria. Se a proposta for aprovada, será necessário contribuir por pelo menos 20 anos para alcançar o benefício.

Para o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), o aumento da idade mínima para as mulheres é um ponto que precisa ser revisto.

— A proposta ignora as peculiaridades do trabalho no campo e ainda pune as lavradoras, que normalmente encaram jornada dupla no campo e dentro de casa.

A coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) do Rio Grande do Sul, Cleonice Back, acrescentou que a maioria das propriedades rurais ainda é administrada por homens e, por esse motivo, a autonomia financeira de muitas mulheres só acontece com a aposentadoria.

De acordo com o *Relatório de Acompanhamento Fiscal* de abril da Instituição Fiscal Independente (IFI), a redução de gastos por causa do aumento da idade mínima para as mulheres foi estimada em R\$ 49,6 bilhões em dez anos, o que equivale a 7,4% da economia total estimada para os gastos



do regime geral. A PEC em análise na Câmara prevê dois tipos de contribuição. Os assalariados rurais, contribuintes individuais e avulsos contribuirão com uma porcentagem dos rendimentos, assim como os trabalhadores urbanos contribuem para o INSS.

A outra forma de contribuição é para os segurados especiais, válida para o produtor rural, extrativista ou pescador artesanal, cônjuge, companheiro e filhos de mais de 16 anos que exerçam atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.

Contribuição mínima

Para esses segurados, a contribuição será sobre o resultado da venda da produção rural, respeitado o valor mínimo a ser definido posteriormente em lei. Não alcançada a contribuição mínima, a diferença deve ser recolhida para que seja mantida a condição de segurado. Enquanto a lei complementar

não é editada, a proposta estabelece contribuição anual mínima de R\$ 600 por família.

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares lembrou que o agricultor familiar já contribui para a Previdência Social, indiretamente, por meio da alíquota incidente sobre a venda da produção. A responsabilidade de descontar o tributo e efetuar o recolhimento é da empresa para a qual o agricultor vende a produção.

O diretor de programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Leonardo Rangel, explicou que essa contribuição muitas vezes deixa de ser recolhida, quando a produção é vendida para pessoas físicas ou consumida pela própria família. O principal benefício da cobrança de uma contribuição mínima, explicou ele, não é resolver o deficit.

— O que está sendo proposto, R\$ 600 ao ano por família,

de forma nenhuma pretende resolver o deficit. A previdência rural vai continuar sendo subsidiada pela clientela urbana. O que a gente busca com essa contribuição módica é separar quem tem capacidade contributiva de quem é alvo da política assistencial, deixar bem delineado o que é previdência social e o que é assistência social — afirmou.

A necessidade de limites mais claros entre assistência e previdência foi uma das conclusões de estudo publicado em 2018 pelo Ipea. No texto, os pesquisadores Rebecca Maranhão e José Eustáquio Filho apontam discrepâncias entre a população rural e o número de beneficiários da previdência rural. De acordo com o texto, em 2015, a população residente rural acima de 55 anos era de 6,2 milhões, número inferior ao de benefícios rurais, que era de 9,3 milhões. Segundo os pesquisadores, os dados sugerem a fragilidade das provas que o trabalhador apresenta para comprovar as atividades no campo.

Para a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), muitos agricultores não têm como arcar com essa contribuição e o governo, para coibir as fraudes, poderia usar outros meios que não afetassem os mais pobres.

— Se há fraude, a polícia é quem precisa investigar e punir. Fraude é a miséria em que vivem os produtores rurais.

O combate a fraudes é um dos motivos alegados pelo governo para editar a Medida Provisória 871/2019, em análise no Congresso.

Especialistas pedem mudanças tributárias para resolver deficit

Participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) disseram ontem que mudanças no atual sistema tributário podem aumentar mais a receita do governo federal do que a proposta da reforma da Previdência. Auditores fiscais e economistas defenderam que o debate das reformas dos dois setores seja feito conjuntamente. Segundo eles, isenções fiscais, anistias recorrentes a devedores e falhas na arrecadação precisam ser enfrentadas urgentemente.

Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), Floriano Martins Neto avalia que o debate sobre a reforma da Previdência tem focado na diminuição da despesa.

— Só estão discutindo o lado do gasto, quero discutir pelo lado da receita — afirmou.

Para o senador Eduardo Gi-



Luiz Guilherme Henriques, Geraldo Julião Júnior, Paulo Paim, Flávio Tonelli Vaz, George Alex e Juliano Sander Musse

rão (Pode-CE), o Brasil possui uma cultura de sonegação.

— É a cultura do Refis, do justo pagando pelo pecador. Não dá mais para adiar a reforma tributária — defendeu.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o atual governo defende a aprovação da reforma da Previdência como saída para todos os problemas.

— O país está parado. O

desemprego aumenta a cada dia. Dizem que a única saída para tudo é a reforma da Previdência — criticou.

Já para o subsecretário de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Geraldo Julião Júnior, as duas reformas são fundamentais.

— O governo está preparando uma proposta de reforma

tributária. Enquanto tivermos essa complexidade de tributos, geramos Refis e sonegação, porque ninguém sabe efetivamente qual tributo pagar.

Não houve consenso, porém, em relação ao deficit previdenciário. O governo diz que as despesas ultrapassam as receitas. Mas a Anfip questiona a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite

usar livremente parte da arrecadação da seguridade social.

Segundo o representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Flávio Vaz, com a DRU, saíram do caixa da seguridade social R\$ 120 bilhões no passado. Para ele, o deficit só se verifica quando se analisa unicamente as contribuições e as despesas previdenciárias. No entanto, a Previdência integra o orçamento da seguridade, que inclui assistência social e saúde.

Mas o subsecretário de Orçamento contestou:

— Temos deficit na seguridade social de R\$ 309 bilhões e a DRU é de R\$ 110 bilhões. Mesmo que devolvêssemos a DRU, ainda haveria deficit, mas se fizéssemos isso não conseguiríamos fechar o Orçamento ou fecharíamos com emissão de títulos muito maior. Temos um problema estrutural de contas públicas — afirmou.

Ministro da Educação comparece hoje ao Senado

Abraham Weintraub apresenta à Comissão de Educação as diretrizes e as prioridades da pasta. Também deve explicar temas considerados polêmicos, como o corte de verbas para universidades

O MINISTRO DA Educação, Abraham Weintraub, participa hoje de audiência na Comissão de Educação (CE) para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da pasta.

Weintraub assumiu o ministério em 8 de abril, após a demissão de Ricardo Vélez. Ele comparece à CE na condição de convidado. Mas integrantes da CE apresentaram pelo menos três requerimentos para convocação do novo ministro que, em menos de um mês de gestão, já fez declarações e adotou medidas consideradas polêmicas.

Universidades

A mais recente é o corte de 30% do orçamento de todas as universidades federais. Inicialmente, Abraham Weintraub chegou a afirmar que o bloqueio atingiria apenas instituições que promovem “balbúrdia”. Entre elas, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Depois, a pasta estendeu o contingenciamento a todas as instituições federais a partir do segundo semestre.

Em outra ocasião, o minis-



Abraham Weintraub foi convidado por senadores a detalhar propostas

tro sugeriu ao presidente Jair Bolsonaro a descentralização de investimentos em faculdades de filosofia e sociologia. Weintraub defende a redução da verba para cursos de humanas e mais investimentos para faculdades “que geram retorno de fato”. Ele citou como exemplo enfermagem, veterinária, engenharia e medicina.

Campo e Enem

O titular da pasta também chegou a criticar a manutenção das 2 mil instituições de ensino que atendem 200 mil crianças do campo. Para Weintraub, muitas “escolas sem terrinha” são sustentadas com dinheiro do cidadão pagador de imposto.

O ministro garantiu a rea-

lização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019, mas afirmou que “questões ideológicas, como ocorreram no passado, não ocorrerão neste ano”.

Supremo

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a decisão de bloquear 30% de verbas das universidades e dos institutos federais.

— Impetrei um mandado de segurança no Supremo para que essa ação do Ministério da Educação deixe de atuar em perseguição às universidades federais brasileiras — afirmou o senador.

Propostas beneficiam pessoas com deficiência

Na pauta de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), está prevista a apreciação de quatro projetos voltados para pessoas com deficiência. Um deles, o PL 1.254/2019, da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), possibilita que as despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas sejam deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Outro projeto, também de Mara, estabelece a concessão de passe livre às pessoas com deficiência comprovada-

mente carentes no transporte de passageiros terrestre ou aéreo, sob responsabilidade direta ou indireta da União (PL 1.252/2019). Dessa forma, não mais poderá ser recusado o acesso da pessoa pobre com deficiência em ônibus leito ou semileito, por exemplo, nem será impedida de viajar em aeronave, quando a viagem significar sua melhor ou única opção.

Também de Mara é o PL 1.236/2019 que altera a CLT para garantir ao empregado que tenha filho com deficiência

o direito de fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

Pode ser votado ainda o PLS 294/2016, que obriga as autoescolas a oferecerem carros adaptados para pessoas com deficiência. O projeto, do senador Romário (Pode-RJ), determina que os centros de formação de condutores providenciem, para cada 20 veículos de sua frota, um modelo adaptado que tenha ao menos câmbio automático, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.

Bezerra apresentará relatório da MP que reestruturou Executivo

Está marcada para hoje a apresentação do relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) sobre a medida provisória que criou a nova estrutura administrativa do Executivo, reduzindo para 22 o número de ministérios. A MP 870/2019 foi a primeira editada pelo governo Bolsonaro.

A medida extinguiu o Ministério do Trabalho, retirou do Ministério da Justiça a Funai e a demarcação de terras indígenas e transferiu o Serviço Florestal Brasileiro

(SFB) para o Ministério da Agricultura, entre outras alterações na organização da burocracia federal.

Para discutir as mudanças com entidades e especialistas, a comissão mista promoveu cinco audiências públicas. Também foram apresentadas 541 emendas ao texto. Bezerra, que é líder do governo no Senado, reconheceu que o texto do governo deve ser alterado pelo Congresso, mas não antecipou como será seu parecer.

Prorrogação da Lei do Audiovisual deve ser avaliada em audiência

A Comissão de Educação fará hoje, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), audiência pública para debater a prorrogação da Lei do Audiovisual (Lei 8.685, de 1993), que produz efeitos até o fim deste ano. A reunião foi solicitada pelo senador Marcos do Val (PPS-ES).

Desde sua promulgação, a lei tem sido uma importante ferramenta de captação de recursos para a produção de filmes por produtoras independentes. Além disso, permite deduzir do Imposto

de Renda de pessoas físicas e jurídicas quantias destinadas ao patrocínio de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Está prevista a participação do representante do Ministério da Cidadania, José Paulo Martins, do secretário-executivo da Agência Nacional do Cinema (Ancine), João Márcio Silva de Pinho, do presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav), Leonardo Edde, e do presidente-executivo da Brasil Audiovisual Independente (Bravi), Mauro Garica.

Colegiado votará relatório da MP de combate a fraudes no INSS

A comissão mista da medida provisória que institui mecanismos de combate a fraudes da Previdência analisa hoje o relatório do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

A MP 871/2019 também tem o objetivo de economizar quase R\$ 10 bilhões nos primeiros 12 meses de vigência, com a instituição do Programa Especial para Análise de Benefícios Previdenciários com Índícios de Irregularidade e o Programa

de Revisão de Benefícios por Incapacidade.

Na prática, a medida altera regras de concessão de benefícios, como auxílio-reclusão, pensão por morte e aposentadoria rural, e cria dois bônus por produtividade, sendo um para analistas e técnicos do INSS e outro para a carreira de peritos médicos. Também renomeia o cargo de perito médico previdenciário para perito médico federal.

A comissão é presidida por Izalci Lucas (PSDB-DF).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Tensão na Venezuela preocupa roraimenses

Situação foi discutida ontem em audiência na subcomissão que avalia os efeitos para o Brasil da crise no país vizinho. Educação e saúde são áreas com dificuldades em RR

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA sobre a Venezuela promoveu ontem audiência sobre a crise no país vizinho e seus reflexos no Brasil, principalmente em Roraima. Os debatedores apontaram dificuldades em áreas como educação e saúde e demonstraram preocupação com o crescimento da violência na região de fronteira.

O prefeito de Pacaraima (RR), Juliano Torquato, afirmou que a situação do município é “muito séria”. Pacaraima está na fronteira com a Venezuela. O prefeito disse que há cerca de 400 a 500 venezuelanos vivendo na cidade em situação de rua. Outros são acolhidos em abrigos e alguns já invadiram áreas de preservação ambiental.

— Nossa cidade tem um arsenal de armas, muitas drogas e uma fronteira desguarnecida. Os índices de



Deputado Alves, senador Telmário e o prefeito de Paracaima, Torquato

criminalidade são alarmantes. Eu comparo Pacaraima hoje a uma favela do Rio de Janeiro — declarou o prefeito.

Vice-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Jeferson Alves disse que há cerca de 150 mil venezuelanos no estado. Segundo ele, a violência é um dado preocupante e há muitos casos de homicídios.

— Não podemos ver a violência tomar conta, ver a educação e a saúde em péssima condição. Hoje nosso estado vive no fundo do poço — lamentou o deputado.

Ausência

O senador Telmário Mota (Pros-RR), presidente da subcomissão, destacou a relação de Roraima com a Venezuela.

Segundo ele, o estado hoje tem cerca de 500 mil habitantes. Esse número pode subir para mais de 600 mil, com a presença dos venezuelanos. Telmário lamentou a ausência do governador, Antonio Denarium, que foi convidado para a audiência pública, mas não compareceu.

— Ou ele acha que o Senado não pode ajudar, ou ele não tem amor pelo estado. Que o povo de Roraima possa julgar — criticou o senador.

Soraya Thronicke (PSL-MS) registrou que foi informada que o governador havia pedido a um outro membro do governo para comparecer à audiência, mas houve um problema e essa pessoa não conseguiu comparecer. Segundo a senadora, o governador virá a Brasília amanhã e deve comparecer ao Senado.

A audiência foi acompanhada pelo presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS). Na visão do senador, a situação de Pacaraima demanda uma intervenção mais rápida por parte das autoridades federais. Mecias de Jesus (PRB-RR) e Marcio Bittar (MDB-AC) também participaram do debate. Bittar é o relator da subcomissão. Os senadores sugeriram uma agenda com o governo federal, para direcionar recursos a Roraima e buscar soluções para a crise.

Requerimentos

A subcomissão também aprovou dois requerimentos. Um deles, de Mecias, pede a inclusão de convidados para uma audiência já aprovada. O outro, de Telmário, pede informações ao ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre a crise diplomática com os venezuelanos.

Projeto fortalece financiamento da segurança viária

Projeto que contempla a segurança viária entre as atividades apoiadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje. A reunião começa às 10h.

O autor da proposta (PLC 49/2018), deputado Efraim Filho (DEM-PB), argumenta que o texto busca adequar o FNSP à realidade constitucional. Com a Emenda Constitucional 82, de 2014, ocorreu o reconhecimento de que a segurança viária faz parte da segurança pública e é imprescindível para a redução de mortes e de casos de invalidez no trânsito.

Conforme o projeto, os recursos do FNSP poderão ser

usados para construção, reforma, ampliação e modernização de unidades relacionadas aos agentes de trânsito e também para a aquisição de materiais, equipamentos e veículos para o funcionamento da segurança viária. Além disso, os recursos ainda poderão ser usados para a capacitação profissional dos agentes.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), é favorável ao projeto. No entanto, ele apresentou um substitutivo para fazer ajustes nas referências legislativas e na ementa.

Se aprovada na CAE, a proposta será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na mesma reunião, a comis-

são vai votar duas mensagens que tratam de autorização para obtenção de crédito internacional para municípios. Uma delas (MSF 13/2019) trata do financiamento de US\$ 100 milhões para ações do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã em Vitória. O contrato será firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União.

A outra mensagem (MSF 14/2019) trata da contratação de empréstimo por Fortaleza, no valor de US\$ 150 milhões, na Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos financiarão parcialmente o Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento.

Despacho de carrinho de bebê em avião pode ser grátis

Está na pauta da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) de hoje proposta que garante aos passageiros de transporte aéreo o direito de despachar gratuitamente um carrinho de bebê ou um bebê-conforto sem que esses itens sejam incluídos em sua franquia de bagagem.

O PLC 31/2017 inclui o direito — já oferecido pelas principais empresas aéreas nacionais — no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 1986). O benefício vale para o passageiro que esteja acompanhado de criança com idade inferior a dois anos que não esteja ocupando assento. Na comissão, o projeto foi relatado pelo senador Roberto Rocha

(PSDB-MA), que deu parecer favorável à sua aprovação.

Outro projeto a ser analisado pela CTFC é o que cria a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água. O PLC 70/2018 prioriza a destinação de recursos do governo federal, por meio de convênios, para cidades que aderirem ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício da Água (PNCDA), gerido pelo Ministério das Cidades, e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997).

Esses convênios tornam possível a instalação de equipamentos de controle do uso da água em prédios comerciais, escolas públicas ou privadas, clubes, hotéis e motéis. Na co-

missão, a proposta foi relatada por Otto Alencar (PSD-BA), que considerou a medida uma “salutar inovação” no ordenamento jurídico brasileiro.

Também na pauta o PLS 33/2017, que torna abusivo o cadastro do consumidor em programas promocionais sem seu consentimento. O texto original, de Rose de Freitas (Pode-ES), previa a tipificação como crime no Código Penal. No entanto, o relator, Carlos Viana (PSD-MG), ponderou que o direito penal deve ser aplicado apenas como solução extrema. Assim, apresentou substitutivo ao projeto. Se aprovado, o texto será submetido a turno suplementar de votação na CTFC. Depois deve seguir para a Câmara.

Luiz do Carmo relata viagem para conhecer sistema de segurança chileno

O senador Luiz do Carmo (MDB-GO) esteve em missão oficial do Senado, na quinta e na sexta-feira, em Santiago, no Chile, para conhecer o sistema de segurança pública do país.

— A missão foi para saber como o Chile trata a segurança, porque é um dos países mais seguros da América Latina, com um índice muito baixo de homicídios — disse.

O senador relatou ter participado de visitas e reuniões na Ordem dos Carabineros, (polícia militar), na polícia federal e no ministério público chileno, além de conhecer detalhes sobre o sistema prisional do país.

— Foram dois dias de muitas reuniões e muito trabalho. Conhecemos bem o sistema prisional e fomos ver o que deu certo no Chile

para tentar fazer no Brasil — afirmou o senador.

Luiz do Carmo afirmou ainda que vai analisar as impressões dos integrantes da comitiva e elaborar um relatório, que será apresentado no Plenário. O objetivo é sugerir projetos de lei que possam melhorar a segurança pública.

Calamidade

O senador avalia que bons exemplos de outras nações podem ser usados no Brasil, que hoje tem uma segurança em estado de calamidade.

Também participaram da comitiva que visitou o Chile o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Goiás, Lúcio Flávio Paiva, o promotor Fernando Krebs, a advogada Antônia Chaveiro e a agente de execução penal Susana Portilho.

Frente parlamentar busca soluções para Norte e Nordeste, diz Rogério

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) destacou ontem a criação da Frente Parlamentar de senadores das Regiões Norte e Nordeste.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O grupo, explicou, tem como objetivo criar uma agenda consensual, envolvendo diversos temas de extrema relevância para a região, como isenções, desonerações, desenvolvimento e redução das desigualdades regionais, além da infraes-

trutura de transporte. Para isso, a frente contará com 48 senadores, todos articulados com os governadores dos estados do Norte e Nordeste.

— À medida que fomos discutindo sobre a criação da frente, começamos a perceber o quanto de integração podemos ter nessas regiões, incluindo um pedaço do Centro-Oeste, do ponto de vista da logística regional.

Senadores querem política para doenças raras

Comissão de Assuntos Sociais criará subcomissão dedicada ao tema. Enfermidades afetam 13 milhões de pessoas, que enfrentam dificuldades para obter tratamento no SUS

Ricardo Westin

O SENADO QUER encontrar soluções para as pessoas que sofrem de doenças raras no país. Nos próximos dias, os senadores formarão uma subcomissão para discutir com ONGs, médicos, cientistas, indústria farmacêutica e autoridades da saúde pública medidas que amenizem o sofrimento dos doentes.

As doenças raras formam um grupo bastante heterogêneo, cada uma com características muito próprias. O que as une são a baixa prevalência individual (daí o adjetivo “raras”) e o fato de serem crônicas, progressivas, degenerativas e incapacitantes. A grande maioria não tem cura. Em muitos casos, no entanto, há tratamentos que garantem o bem-estar e aumentam a sobrevida dos pacientes.

Para ser enquadrada como rara, a doença não pode atingir mais do que duas pessoas a cada grupo de 3 mil indivíduos. Como comparação, a diabetes (que não é rara) afeta 230 brasileiros a cada grupo de 3 mil.

No Brasil, o grande problema que os pacientes enfrentam é o despreparo do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendê-los: quase não existem centros especializados no diagnóstico e no tratamento das doenças raras, boa parte dos médicos desconhece essas enfermidades (o que leva a diagnósticos tardios, tratamentos equivocados e mortes evitáveis) e a rede pública de saúde distribui poucos remédios específicos.

A nova subcomissão funcionará dentro da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e terá 12 meses para concluir seus trabalhos. Quem pediu a criação foi a senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP).

Um universo grande de pessoas acompanhará com expectativa os debates da subcomissão do Senado. De acordo com a Associação da

Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), 13 milhões de brasileiros sofrem de alguma doença rara. O número equivale ao dobro da população da cidade do Rio de Janeiro.

Dado esse contingente, o termo “raras” pode soar contraditório. Não é. Existem 8 mil enfermidades diferentes que podem ser classificadas assim. Cada uma, isolada, afeta um número relativamente pequeno de indivíduos. Mas quando as doenças são somadas, os pacientes chegam a 13 milhões.

Entre as doenças raras, possivelmente as mais conhecidas são o lúpus, que obrigou a cantora americana Selena Gomez a submeter-se a um transplante de rim, a esclerose múltipla, que afastou a atriz brasileira Claudia Rodrigues da TV, e a esclerose lateral amiotrófica (ELA), que levou à cadeira de rodas e depois matou o físico britânico Stephen Hawking.

Doentes esquecidos

Outras enfermidades desse grupo são a acromegalia, a doença de Crohn, a doença falciforme, a fenilcetonúria e a fibrose cística.

— São doentes esquecidos — afirma a presidente da Associação de Familiares Amigos e Portadores de Doenças Graves, Maria Cecília de Oliveira. — Se os pacientes que têm doenças de maior prevalência já encontram dificuldades gigantescas para conseguir tratamento no SUS, os pacientes que têm doenças raras enfrentam cerca de cem vezes mais obstáculos.

Em 2017 e 2018, o Senado abrigou uma subcomissão dedicada às doenças raras. A sua grande vitória foi a aprovação do PLC 56/2016, que prevê a criação da Política Nacional de Doenças Raras. Como os senadores alteraram o texto, a proposta foi reenviada para a Câmara. Se os deputados a aprovarem, a transformação em lei só dependerá da sanção.

Política

Desde 2014, o país tem uma política para as pessoas com doenças raras. As entidades de pacientes, no entanto, não estão satisfeitas com ela. Primeiro, porque nunca foi plenamente executada, sobretudo por falta de dinheiro. Depois, porque ela está prevista numa portaria do Ministério da Saúde e, como tal, não tem força de lei e pode ser abandonada a qualquer momento.

A nova subcomissão ouvirá os atores envolvidos na questão, que terão as audiências



Laissa, de 12 anos, que tem doença rara, em reunião presidida por Romário (D)

Mircos Oliveira/Agência Senado — 8/8/2018

melhor é o prognóstico.

Os medicamentos são outra questão pendente. Eles costumam ser muito caros. O tratamento de um único paciente com atrofia muscular espinhal (AME), por exemplo, custa R\$ 1,3 milhão por ano. Os preços se explicam pela baixa demanda, típica das doenças raras, e pelos altos custos envolvidos nas pesquisas.

“Pagar para viver”

Os doentes ainda têm que enfrentar a lentidão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para liberar o uso de remédios e a demora do Ministério da Saúde para incluí-los nas farmácias do SUS. O medicamento Aldurazyme, por exemplo, que é usado no tratamento da mucopolissacaridose, ganhou o registro da Anvisa em 2005, só foi incorporado pelo SUS em 2017 — mas sua distribuição não começou até hoje.

— Não é justo que tenhamos que pagar para viver — disse, numa audiência na CAS em março, a estudante Laissa Polyanna, que sofre de AME.

Como resultado, muitos pacientes recorrem à Justiça para obter os remédios gratuitamente. Isso é ruim para eles, que podem morrer por não receber o tratamento a tempo, e também para o poder público, que, ao fazer compras isoladas e urgentes, fica sem poder de negociação com a indústria farmacêutica. Em 2016, o Ministério da Saúde gastou mais de R\$ 1 bilhão para atender ordens judiciais desse tipo.

Em abril, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, assinou no Senado uma portaria que incluiu nas farmácias do SUS um remédio específico para o tratamento da AME.

Entre os projetos em estudo no Senado que beneficiam os pacientes, estão o PL 682/2019, de Flávio Arns (Rede-PR), que prevê benefícios no Imposto de Renda de quem tiver dependente com doença rara, e o PLS 56/2017, de Rose de Freitas (Pode-ES), que autoriza a entrada de remédio estrangeiro para doença rara, desde que legalizado no país de origem.

Raras, mas não tanto

Uma doença é classificada como rara quando atinge no máximo 2 pessoas a cada grupo de 3 mil indivíduos, não tem cura ou é de tratamento muito difícil

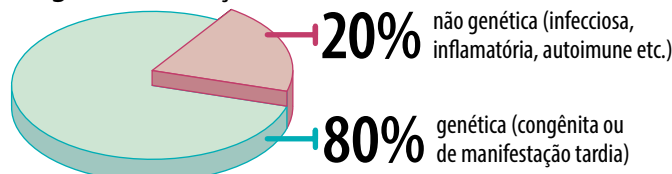
8 mil doenças raras identificadas



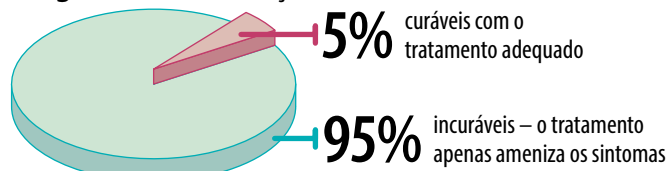
1 em cada 16 brasileiros tem uma doença rara (13 milhões)



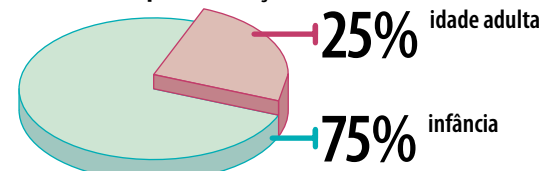
Origem da doença



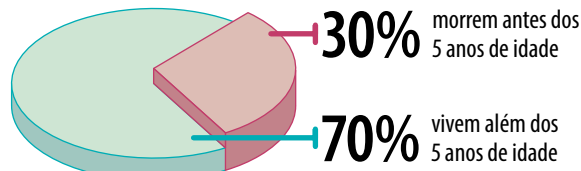
Prognóstico da doença



Idade em que doença se manifesta



Sobrevivência



Fonte: Ministério da Saúde, 2018

no Senado como tribuna para, numa frente, narrar suas dificuldades cotidianas e tentar sensibilizar a opinião pública e, em outra, sugerir ajustes no projeto que está na Câmara e pressionar o governo a colocar a portaria do Ministério da Saúde em prática.

O Brasil conta com apenas sete serviços públicos de saúde que lidam com doenças raras. Não existe, portanto, uma rede nacional de atenção aos pacientes. Se todo o contingente

procurasse os serviços existentes, cada um teria que atender a mais de 1,8 milhão de doentes. Nem mesmo a cidade de São Paulo, principal referência em saúde no país, dispõe de uma unidade especializada.

Essas unidades fazem falta não apenas para o tratamento, mas também para o diagnóstico. Como a maioria das doenças raras tem origem genética, elas podem ser detectadas precocemente. Quanto mais cedo se inicia o tratamento,

Saiba Mais

Conclusões de subcomissão:
<http://bit.ly/CASRRARAS>

Relatório da Interfarma:
<http://bit.ly/relatorioInterfarma>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Mara Gabrielli, que propôs a criação de subcomissão sobre doenças raras

Pedro França/Agência Senado — 27/2/2019